

FEDERAÇÃO



PROGRAMA DE GOVERNO DA FEDERAÇÃO PSOL/REDE SUSTENTABILIDADE AO GOVERNO DO MARANHÃO PARA AS ELEIÇÕES DE 2022

UM PROGRAMA DE GOVERNO DEMOCRÁTICO POPULAR, EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DE GARANTIA DE DIGNIDADE DO POVO DO MARANHÃO.

O MARANHÃO PODE MUITO MAIS!!!

CANDIDATO A GOVERNADOR - ENILTON RODRIGUES

CANDIDATA A VICE-GOVERNADORA PEDRA CELESTINA

1 Visão geral e princípios do Programa de Governo

Com o potencial e com a vocação agrícola que possui, o Maranhão poderia se constituir em um dos maiores estados brasileiros produtores de alimentos e matérias primas de origem vegetal e animal. O setor rural maranhense poderia ser um dos mais promissores e produtivos do Brasil de um ponto de vista efetivo, haja vista que sempre o foi e continua nesta condição de forma potencial. Isto se daria por causa da sua ainda farta e diversificada disponibilidade de recursos naturais. Há no Maranhão uma diversidade de biomas que o diferencia dos demais estados brasileiros, em que praticamente se encontram todos os ecossistemas que prevalecem no Brasil. Com efeito, no Maranhão se podem observar ecossistemas semelhantes ao Pantanal, que se localizam na Baixada Ocidental do Estado. Há Cerrados no sul do estado, e no Baixo-Parnaíba. No estado também se encontram paisagens de feições da Amazônia, tanto de um ponto de vista de revestimento florístico, como de recursos hídricos, pluviometria e elevada umidade relativa do ar. O Maranhão tem ainda uma ampla faixa de litoral, a segunda do Brasil. No encontro dos rios de água barrenta do estado com as marés desenvolve-se uma imensa área em extensão de manguezais, seguramente um dos mais ricos, férteis e importantes ecossistemas do planeta.

Há também no estado ambientes típicos de sertão nordestino com vegetação rasteira e arbustiva semelhante à caatinga, com regime pluviométrico e evapotranspiração potencial muito parecida à que se observa em regiões semiáridas, como demonstra o trabalho do professor José Lemos (2013). Na maioria do estado, com exceção do que acontece no seu

FEDERAÇÃO



semiárido, ainda não devidamente reconhecido pelo Governo Federal, prevalece um regime pluviométrico quantitativamente satisfatório, com pluviometria média entre mil e dois mil milímetros anuais, formando dois períodos perfeitamente definidos, um seco e outro chuvoso.

Grande parte do cerrado maranhense está revestida com a palmeira babaçu, que ainda tem importância social para segmentos importantes da população rural do estado, formando maciços secundários que em algumas áreas ainda são dominantes. Além disso, o Maranhão possui amplas bacias hidrográficas perenes, e um grande reservatório de água de boa qualidade no subsolo. Geograficamente, posiciona-se na área de transição entre o Nordeste seco, a Amazônia úmida, o cerrado do Brasil Central e o Oceano. Este com diversificada e rica fauna e flora, formando o segundo maior manguezal brasileiro, além de extensas dunas de areia que atualmente são protegidos no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. No entanto, a sua maior riqueza é, sem dúvida, a população de 7.153.262 milhões de pessoas (IBGE, 2022) das quais 40,36% vivem em rurais, (IBGE, 2010) que está ávida por encontrar condições para deslançar e construir o seu próprio destino, mas que se vê castrada nesses objetivos, em função do sistema político oligárquico, tradicional e fisiológico e dos equívocos de políticas econômicas praticadas no estado bem como da ausência de programas de desenvolvimento econômico.

Políticas que comprometem a qualidade de vida de várias gerações, desde meados do século passado e que se intensificou, de forma muito mais danosa, a partir dos anos noventa até o começo deste milênio. Uma população empobrecida, sobrevivendo em um dos estados de maior riqueza natural do Brasil mas que ao mesmo tempo possui historicamente os piores indicadores sociais do país. Em 2019, o Maranhão é o estado com a 4º pior taxa de analfabetismo entre a população com 15,6%, apenas superados pelos estados de Piauí, Alagoas e Paraíba.

Para reverter esse quadro é preciso **INVERSÃO DE PRIORIDADES**, direcionar a maioria dos recursos públicos para as demandas sociais, e não para a apropriação privadas pelos grandes grupos econômicos do Estado, **PARTICIPAÇÃO POPULAR**, para dar ao povo o papel de protagonista de sua própria História, das políticas públicas a serem priorizadas.

Significa direcionar a máquina do Estado para demandas populares a partir de decisões deliberadas em espaços coletivos ouvindo as organizações dos trabalhadores, juventude e

povo pobre do campo e da cidade. Portanto, o governo do PSOL privilegiará os espaços coletivos de deliberação e apoiará maciçamente os conselhos de políticas públicas, dotando-os de estrutura e mecanismos de fiscalização. Outros mecanismos de participação popular, visando a transparência, o acesso facilitado de dados de gestão e ordenação de despesa pública serão criados, como audiências públicas e plenárias populares para orientar o diálogo com os diversos segmentos da sociedade, previamente à tomada de decisões que impactem diretamente os interesses dos cidadãos. Entendemos que a gestão terá que ser participativa. O controle social e participação do cidadão via suas organizações, devem orientar o planejamento da função orçamentária.

2 Os eixos programáticos do Plano de Governo

São seis os eixos programáticos do nosso plano de governo que objetivam fazer o enfrentamento dos atrasos político, econômico e social do Maranhão, por meio de programas estruturantes para um desenvolvimento sustentável com distribuição de renda para que o maranhense tenha uma vida digna, quais sejam:

1. Terra e Meio Ambiente;
2. Educação, Cultura, Juventude e Comunicação;
3. Gestão Pública e Economia (políticas públicas de trabalho, emprego e renda; previdência, assistência social e seguridade);
4. Segurança Pública e combate às opressões;
5. Saúde;
6. Infraestrutura, Mobilidade Urbana e Habitação.

2.1 Terra e meio ambiente

Promover o desenvolvimento rural do estado, para estancar de uma vez a grande emigração de maranhenses em condições precárias para outros estados onde estarão sujeitos a trabalharem e viverem em condições degradantes. O desenvolvimento rural em áreas de carência mediante a intervenção firme e competente do estado. No caso do Maranhão, indo de encontro ao grande potencial e à vocação que o Maranhão possui. Para tanto deve ser reativado, de forma pujante até, o sistema de assistência técnica, extensão, fomento rural e

FEDERAÇÃO



as pesquisas agrícolas.

O programa do PSOL incorpora os elementos centrais do projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável e solidário e para isso é preciso:

- 1 Ter como centro o bem-estar e a valorização dos sujeitos do campo e da floresta;
- 2 Reafirma a realização da reforma agrária ampla, massiva, de qualidade e participativa;
- 3 Reafirmar a agricultura familiar como a base estruturadora do desenvolvimento rural sustentável e solidário;
- 4 Titulação e defesa de territórios indígenas e quilombolas.
- 5 Preservação e conservação ambiental;
- 6 Afirmar a soberania alimentar como o direito e o dever dos povos e das nações;
- 7 Política de redução do uso de agrotóxicos;
- 8 Reconhecer o espaço rural em sua diversidade ambiental, cultural, política e econômica;
- 9 Romper com a estrutura de poder e com a cultura patriarcal com uma política de proteção das mulheres
- 10 Comprometer-se com a justiça, autonomia, igualdade e liberdade para as mulheres;

FEDERAÇÃO



- 11 Afirmar a organização e a participação política de jovens trabalhadores rurais, reconhecendo-os como sujeitos estratégicos que promovem a sucessão rural;
- 12 Reconhecer, respeitar e valorizar o papel das pessoas da Terceira Idade nas relações sociais, políticas e produtivas do campo;
- 13 Resgatar e construir compromissos com a igualdade racial e étnica;
- 14 Pautar-se pela garantia do direito ao trabalho decente no campo;
- 15 Pautar-se no fortalecimento das políticas públicas.

A partir desses principais elementos centrais, também garantir para a promoção do desenvolvimento rural do Maranhão:

- Apoio à produção rural nas comunidades quilombolas e indígenas
- Pesquisas adequadas e adaptadas às condições maranhenses articuladas com um robusto sistema de Assistência Técnica, Extensão e Fomento Rural. Assim, vincular essas iniciativas à criação do Instituto Maranhense de Pesquisa,
- Assistência Técnica, Extensão e Fomento Rural do Maranhão;
- Fazer gestões políticas junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional para que ao menos quinze (21), dos 46 municípios maranhenses do semiárido, sejam imediatamente incorporados ao semiárido brasileiro. Estes municípios estão perfeitamente identificados em trabalho do professor José Lemos (2012) e pela Articulação do Semiárido Maranhense (ASA/Maranhão) e apresentam características técnicas de semiárido e apenas dependem de definição política.
- Promover trabalho que incentive os técnicos da Secretaria de Agricultura da Agricultura Familiar a se envolvam na maior participação dos agricultores familiares maranhenses no PRONAF. Este trabalho deve ser articulado com técnicos do Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia. Esta ação contribuirá, de forma efetiva, para elevação da renda dos agricultores familiares maranhenses e para elevação da produção de alimentos no estado. Será uma das maiores ações de promoção do desenvolvimento rural do estado.
- Incentivar programas de irrigação junto às comunidades rurais.
- Criar a Empresa Maranhense de Assistência Rural – EMASRU, extinta nos governos da oligarquia criando o vácuo ainda existente. Essa empresa deverá articular o sistema de

FEDERAÇÃO



ATER no Estado, em parceria com os municípios e as entidades ligadas às organizações e movimentos sociais.

- Promoção de feiras de agricultores familiares e de Economia Solidária. As feiras serão semanais e podem ser colocadas em municípios estratégicos. O Estado propicia treinamento para os feirantes, que serão os agricultores e as famílias.
- Retomar o programa de recuperação das matas ciliares dos rios maranhenses.

2.1.1 Meio Ambiente

Um programa de governo que vise o bem-estar da comunidade não pode estar dissociado das questões ambientais e deve trazer no seu bojo propostas que supram demandas que visem o equilíbrio entre o homem e a natureza. É por esta razão que apresentamos os itens a seguir.

- Implementação de políticas públicas de distribuição de água potável e universalização do saneamento básico - proteção aos mananciais (fontes de água), revitalização dos rios Itapecuru, Pindaré e Mearim, por serem o primeiro acesso a água dos municípios das bacias destes rios.
- Um programa de proteção ambiental calcificado nas propostas ecossocialistas e que se apresente contra a destruição das nossas florestas e de nossos rios e lagos e que construa alternativas sustentáveis para o destino final do lixo, com a utilização de usina de reciclagem e de um sistema de coleta seletiva eficiente. Que enfrente de vez a questão do esgotamento sanitário dos centros urbanos, com a implantação dos sistemas de coleta e tratamento das águas residuárias.

2.1.2 PROPOSTAS

Promover a manutenção da rede de água para diminuição das perdas na rede e a coleta e tratamento de esgoto para melhorar a qualidade dos corpos hídricos através do financiamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) para concessionárias de saneamento;

Investir na recuperação das matas ciliares para prevenir o assoreamento e no desassoreamento de rios e represas para aumentar o volume de reserva por meio do financiamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) para Comitês de Bacias

FEDERAÇÃO



Hidrográficas;

- Garantir que municípios tenham regularidade e qualidade da coleta seletiva e que priorizarem parcerias com cooperativas para gradativamente eliminarem os lixões;
- Garantir que todo o setor público estadual e dos municípios tenham práticas de produção mais limpa, isto é, que previnam a poluição, para a diminuição dos impactos socioambientais através de financiamento da Agência de Desenvolvimento;
- Manter os parques com gestão pública e participação popular. Garantir verba para seu funcionamento por meio dos órgãos públicos competentes;
- Estabelecer a meta: ZERO DESMATAMENTO através da Secretaria de Meio Ambiente (SMA) e promover a regularização fundiária de todas as comunidades tradicionais e acampamentos e também na zona urbana;
- Incentivar ações de educação ambiental que possam questionar hábitos alimentares que contribuem para a degradação ambiental através da Secretaria de Meio Ambiente;
- Financiar a agricultura orgânica e agroecológica através da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

2.2 Educação, Cultura, Juventude e comunicação

2.2.1 Educação

É imprescindível garantir o acesso de todos à educação pública, inclusiva, laica, gratuita, sem preconceitos e com qualidade. Com políticas para ampliação do acesso, à garantia de permanência e à conclusão da formação com êxito em todas as etapas e modalidades educacionais. Nesse sentido é importante ir além de reformas de prédios de escola. É preciso investir na qualidade da educação valorizando os professores e servidores das escolas.

Reverter projetos contrários ao bem comum, como as ações de privatização da educação, inverter prioridades e ampliar os recursos destinados à educação, principalmente para regiões mais pobres e com maiores déficits educacionais, realizando uma transformação nas escolas com efetiva construção do poder participativo dos estudantes, professores e da comunidade escolar devem estar na ordem do dia.

Com uma nova dinâmica de cooperação e financiamento do estado com as prefeituras, o

FEDERAÇÃO



estado vai investir na organização comunitária do transporte escolar, alimentação e uniformes, cooperando com a construção e equipamentos de creches e escolas de ensino fundamental, possibilitando que os municípios tenham mais recursos para educação. Em conjunto com os municípios criaremos um sistema de busca ativa de matrículas para garantir a permanência na escola e a permanente perseguição pelo estado do analfabetismo zero na idade escolar, assim como um projeto de bolsa de estudos para estudantes do ensino médio.

2.2.2 PROPOSTAS

- Assumir responsabilidades com gastos de transporte escolar, alimentação, uniformes – organizando a partir das comunidades – possibilitando que os municípios invistam diretamente na escola e nos projetos educacionais;
- Criar o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) estadual, seguindo o modelo de Paulo Freire, em colaboração com movimentos sociais e outros parceiros, de forma a zerar o analfabetismo nesta faixa etária no estado;
- Valorizar os trabalhadores da educação com boas condições de trabalho, com liberdade de expressão e pensamento crítico, contratação dos trabalhadores via concurso, planos de carreira discutido com a comunidade escolar, profissionalização dos agentes educacionais, formação continuada/graduação e priorização de dedicação exclusiva;

FEDERAÇÃO



- Diminuir a média de alunos por turma, para 20 alunos nas classes de alfabetização, 25 no Ensino Fundamental e 30 alunos no ensino Médio, de forma a atender com maior qualidade os estudantes das redes estadual e municipais;
- Combater com busca ativa a evasão de alunos no Ensino Fundamental e Médio. Ampliar para 100% o acesso e a conclusão do ensino médio com projeto de transferência de renda para estudantes por meio de bolsas, monitorias e estágios associados com trabalhos comunitários;
- Realizar substituição, reformas de manutenção e ampliação dos espaços escolares, propiciando que todas as escolas tenham quadra coberta, biblioteca, laboratórios, refeitório e internet banda larga, ar condicionado, energia solar, com fornecimento dos equipamentos necessários, de acordo com as demandas da comunidade escolar;
- Diminuir gradativamente o número de períodos nas escolas de Ensino Fundamental, para a implantação gradativa da escola em período integral de 7h horas diárias, de acordo com as demandas da comunidade escolar;
- Destinar verbas a todas as escolas de forma planejada, contínua e desburocratizada para o desenvolvimento de seus Projetos Político-Pedagógicos, sem que, com isso, o Estado se desresponsabilize de suas obrigações;
- Garantir ampla acessibilidade às pessoas com deficiência e investir em formação pedagógica e fornecer os materiais e recursos necessários para uma efetiva inclusão;
- Criar políticas que promovam debates escolares que fortaleçam uma educação libertadora, incluindo discussões sobre educação sexual, gênero, combate ao racismo e aos preconceitos como a LGBTfobia;
- Fortalecer a educação indígena, quilombola, dos povos atingidos por barragens, das populações em risco social e em situação de privação de liberdade com investimento e formação;
- Criar a Universidade Estadual do Leste Maranhense;
- Reestruturar o sistema de ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico do Maranhão, garantindo orçamento do Estado às ações das universidades estaduais, UNIVIMA, Secretaria de Tecnologia e FAPEMA, a fim de revitalizar a produção científica do Estado;
- Utilizar a capilaridade proporcionada pelas igrejas católicas e evangélicas e das organizações sociais para ajudarem no mutirão de redução da taxa de analfabetismo. Isto

pode ser feito mediante a requisição de trabalho voluntário de jovens militantes dessas igrejas e entidades que se engajariam num amplo projeto estadual de redução do analfabetismo utilizando métodos que estimulem os participantes a se empolgarem, por exemplo, utilizando como instrumento de alfabetização o cotidiano dessa gente.

2.3 CULTURA

Em uma sociedade desigual, a produção e a difusão de bens culturais tendem a reproduzir desigualdades como as que atualmente acontecem com os grandes empresários decidindo e realocando recursos dispensados para a cultura via renúncia fiscal. Em nosso governo isso irá mudar.

Será vital que o estado atue como indutor de processos via fomento direto em que a cultura será entendida como um direito social, cujo potencial emancipatório e inclusivo será promovido pelo estado, com democracia no acesso e no fomento à cultura, nos mais diversos espaços e territórios, sem prejuízo para a autonomia e a liberdade de expressão, dando apoio principal às atividades culturais e artistas da terra.

Faz-se necessária ampliação do investimento público em cultura com transversalidade entre as diferentes áreas, mecanismos de financiamento público de produções culturais, priorizando as produções periféricas, da juventude, das mulheres, da negritude, da comunidade LGBT e das pessoas com deficiência.

2.3.1 PROPOSTAS

- Fomentar a criação de pontos de cultura e outros espaços culturais e de lazer como bibliotecas, praças e teatros, prioritariamente em regiões periféricas e mais esvaziadas quanto aos equipamentos formais;
- Reversão do processo de desmonte das companhias artísticas vinculadas e mantidas pelo estado, colocando-os em circulação nas periferias e proteção da memória comum, com manutenção adequada de museus, bibliotecas e monumentos;
- Ampliar escolas de iniciação artística nas diferentes regiões do estado e abrir os espaços escolares aos finais de semana, especialmente em localidades sem alternativas culturais, esportivas e de lazer;
- Resgatar a vocação original da Radio Timbira, recuperando seu viés independente;
- Ampliação dos mecanismos de formação técnica e ampliação para financiamento

produção artística afro-brasileira;

ção dos

- Fortalecimento da política dos Pontos de Cultura com fomento à constituição de espaços culturais periféricos com base territorial. Regulamentar prazos de três anos – no mínimo – para cada ponto contemplado e metas de 1000 premiações anuais por edital com meta de aplicação nos 217 municípios maranhenses.
- Edital estadual de fomento a iniciativas coletivas e projetos desenvolvidos por jovens, incluindo o incentivo à diversidade cultural e à cultura periférica, com especial atenção a negritude, a população LGBT e mulheres;
- Pelo fim da criminalização e exclusão da cultura periférica e da sua diversidade que envolve a literatura, as artes plásticas, a cultura rap, o samba-rock, o rock, novas estéticas produzidas pelo tecnobrega, o funk, a suingueira e outras. Fortalecer a diversidade étnica, social, de gênero e de orientação sexual;
- Fortalecer e dar visibilidade nos diferentes equipamentos de gestão estadual para as culturas: indígena, de matriz africana, caipira e urbana;
- Fomentar a circulação da produção cultural do estado, sobretudo a da juventude periférica com apoio a atividades itinerantes, em escolas, bibliotecas e demais equipamentos estaduais;
- Incentivo à ampliação de rádios e TVs comunitárias com alcance regional;
- Incentivo à cultura popular e o folclore;
- Centros de produção cultural com ênfase em Web TV e rádios comunitárias (com trabalhadores comunitários- que morem na mesma zona);
- Fortalecimento das escolas de músicas.

2.4 ESPORTE E LAZER

Em nosso governo vamos superar a ênfase nas práticas esportivas de alto rendimento – essencialmente competitivas – e valorizar o esporte, as práticas corporais e o lazer como um direito. Nessa escolha vemos a oportunidade de reverter a razão normativa que estabelece a inferiorização dos corpos das mulheres, que inibe a livre expressão da diversidade sexual e reprime violentamente a presença de pessoas LGBT, além de reforçar estigmas racistas.

Nossa perspectiva de esporte, práticas corporais e lazer busca contribuir para o

desenvolvimento do corpo como território de liberdades e superações, que sejam signos do combate à dominação social.

Nosso governo vai democratizar o acesso aos espaços públicos de lazer, estimulando seu uso por uma comunidade diversa de – LGBT, juventude, pessoas com deficiência, mulheres e negritude – recuperando a gestão direta e eficiente dos equipamentos públicos, estimulando a autogestão comunitária.

Os equipamentos existentes até então são centralizados, insuficientes e por vezes inadequados, desta forma nosso programa vai ampliar os equipamentos esportivos nas diferentes regiões do estado, decidindo em conjunto com os PLANOS REGIONAIS DE AÇÃO, de modo a reposicionar as políticas públicas para a inclusão de setores populares preteridos tanto socialmente quanto pela hegemonia sexista dos corpos atléticos.

2.4.1 PROPOSTAS

- Construir um Sistema Estadual de Esporte e Lazer, articulando práticas corporais e esportivas nos municípios fomentando estratégias e programas que não se restrinjam ao esporte de alto rendimento com orçamento amplamente maior para esporte de participação;
- Promover projetos de esporte e lazer que permitam a aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08, que se referem às temáticas da história e cultura afro-brasileira e indígena, organizando eventos dos povos indígenas e das comunidades remanescentes dos quilombos e de comunidades tradicionais;
- Promover projetos, atividades e práticas que resgatem tradições, festas, jogos e brincadeiras populares brasileiras;
- Promover junto aos movimentos LGBTs, discussões e projetos acerca das práticas esportivas e práticas de Lazer;
- Construir em cada equipamento de núcleo esportivo um grupo de reflexão crítica de maneira a desconstruir estereótipos racistas, sexistas, machistas e homofóbicos, tornando o esporte e as práticas corporais campo para superação e não reafirmação da violência;
- Garantir que equipamentos, espaços e serviços culturais, esportivos e de lazer, públicos ou privados, sejam universalmente acessíveis a pessoas com deficiência e a qualquer pessoa, em termos arquitetônicos, tecnológicos, de comunicação e atitudinais;
- Adequar espaços públicos estaduais para eventos e festas organizados pela própria juventude local, garantindo suporte de mediação de conflitos e cuidado em redução de

danos;

2.5 Gestão Pública e Economia

Para viabilizar os compromissos do plano de governo temos que elevar a capacidade de investimento, restabelecer o investimento público invertendo as prioridades. Para isso é preciso esclarecer o montante da dívida do Estado do Maranhão, pois os últimos governos de Roseana Sarney contraíram empréstimos que somam a vultosa quantia de R\$ 6.018 bilhões, e que foi ampliado nos governos seguintes. O governo Roseana fez operações de créditos (empréstimos) junto ao sistema financeiro nacional e internacional, sem que se saiba onde este montante de dinheiro foi aplicado e muito menos o atual governo de Flávio Dino tomou providências de apurar tais operações.

O governo do PSOL dará exemplo de austeridade mas cortará na faixa dos mais ricos invertendo prioridades. Para isso vai diminuir a locação de prédios particulares e construir prédios próprios para as secretarias de estado. Essa será a regra geral no nosso governo!

As desonerações fiscais, cujas informações são mantidas a sete chaves pelo governo, assim como o pouco empenho em cobrar os grandes devedores do estado implicam em uma gigantesca perda de receitas para o Estado. Vamos mudar esta realidade para poder financiar os direitos sociais com fiscalização e cobrança dos super ricos e propostas de alíquotas progressivas que possibilitem aproximar o estado de uma justiça tributária. Os empresários precisam contribuir com a infraestrutura do estado, como por exemplo na construção das estradas que os beneficiam em sobremaneira o agronegócio, e os mais pobres não podem carregar o peso das desonerações dos ricos.

2.5.1 PROPOSTAS:

Fortalecimento do funcionalismo público estadual com reajuste salarial periódico acompanhando a inflação e incrementando a renda e poder de compra dos servidores.

Revisão imediata das desonerações com a criação das desonerações progressivas: desonerações para produtos da cesta básica e alíquotas maiores para produtos de luxo;

FEDERAÇÃO



- Transparência nas desonerações e explicitação dos devedores do estado;
- Combater a sonegação e realizar projeto de revisão e cobrança dos grandes devedores do estado;
- Garantir que o orçamento forneça serviços públicos e de qualidade pelo estado, com valorização dos servidores públicos. Cumprir a legislação que determina o reajuste salarial dos trabalhadores estaduais de todas as secretarias e órgãos públicos estaduais, sem distinção de função ou categoria;
- Apresentação de destinação de verba estadual na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para a efetivação de políticas públicas voltadas para à população LGBT, para às mulheres, negros e negras e pessoas com deficiência, comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas;

- Aumentar a agilidade e a eficiência dos processos de compras (centralizadas ou regionalizadas), visando suprir mais rapidamente as demandas das secretarias como as da educação – nas compras de livros, materiais, uniformes, merenda e excursões – com fiscalização a partir dos conselhos populares;
- **Consulta** a população sobre a destinação dos Royalties de que tem direito o estado;
- Apoiar as estratégias de ação dos setores da sociedade envolvidos com o combate à corrupção, nos diversos municípios maranhenses e na estrutura do estado;
- Formar auditores sociais. Em face de os órgãos de controle (CGU, TCU, TCE, STC, MP) estarem sediados nas respectivas capitais e, por questões de logística, as ações ocorrem normalmente por amostra, faz-se necessário que o próprio cidadão fiscalize os recursos públicos no município onde reside. Assim, o papel das entidades será o de instrumentalizar estes cidadãos com vistas ao exercício do controle social, ou seja, na formação desses atores. Para tanto, poderão ser utilizadas diversas ferramentas, tais como, técnicas expositivo-dialogadas (palestras, seminários, painéis, etc), uso da internet (blogs, sites, etc), programas de rádio e elaboração de cartilhas voltadas ao controle.
- Envolver as associações de servidores dos órgãos de controle (Associação de Servidores do TCE, União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle-CGU, AUDITAR do TCU, dentre outras). A causa do combate à corrupção deve ser incrementada com a participação dessas entidades, agregando valor intelectual e peso na formação de um inconsciente coletivo voltado à causa.
- Aproximação com o Poder Legislativo Estadual e os representantes do Estado no Congresso Nacional, com vistas a angariar apoio para a aprovação de projetos de lei voltados para o incremento da transparência e do controle, meios eficazes de combate à corrupção.
- Criação de um Fórum Permanente que congregue todas as entidades que objetivem combater a corrupção. Isso envolve reuniões periódicas e permanentes, divulgação através de peças informativas, etc;
- Incentivar o acompanhamento *in loco* dos processos licitatórios realizados pelo Estado. A Lei 8.666/93 assegura, no seu Art. 41, § 1º, que qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta lei (...);
- Instrumentalizar os Conselhos Estaduais de Acompanhamento e Controle Social- CACS

FEDERAÇÃO



(FUNDEB, CAE, CMETI, PBF, CEAS e CES);

- Firmar parceria com o Ministério Público Estadual. O MP é o primeiro órgão ao qual devem ser dirigidas as denúncias, formuladas por meio de representação. Caso julgue a denúncia fundamentada, a Promotoria abre inquérito civil público para investigar os fatos. Uma vez comprovadas as denúncias, inicia-se uma ação civil pública por improbidade administrativa e ações criminais, quando for o caso. O Governo do Estado tendo conhecimento dessas demandas pode agir e corrigir as possíveis falhas por meio do controle concomitante.
- Instituir devidamente a Ouvidoria Estadual e cumprir a Lei de Acesso à Informação. Hoje, o Governo do Estado, costumeiramente, não atende aos pedidos de informação nos prazos exigidos pela Lei de Acesso à Informação (LAI).
- Atualizar o portal da transparência estadual semanalmente. O funcionamento atual do portal da transparência é precário e não atende à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);
- Instituir o orçamento participativo no âmbito do Governo Estadual. A ideia é fortalecer os mecanismos de controle e participação popular.
- Instituir a Lei da Ficha Limpa para os servidores que ingressarem no serviço público estadual. O Estado deve ser eficiente e composto por servidores éticos, probos e comprometidos com a boa execução das políticas estaduais.

2.6 Trabalho e Renda

Nos últimos anos assistimos a uma verdadeira extinção dos postos de trabalho, presenciamos uma verdadeira escala dos índices de desempregados no país, e no Maranhão não foi diferente, demissão em massa na indústria da construção, no comércio com fechamento de lojas e pequenos pontos comerciais.

Além da grande massa de trabalhadores que perderam seus empregos nos últimos anos – no primeiro trimestre de 2020 no Maranhão tinha 431 mil pessoas desempregadas, segundo o IBGE - sabemos que o desemprego atinge de forma dramática a juventude, e por isso vamos realizar um efetivo trabalho de manter os jovens nas escolas de ensino médio e superior, com programas de bolsas trabalho- estudo em diferentes áreas de atuação – por exemplo, na formação de agentes culturais e educacionais – melhorando as comunidades beneficiadas. No 1º trimestre de 2022 a taxa de desocupação no Maranhão foi de 12,9%.

Dessa forma, podemos retardar a entrada precoce do jovem no mercado de trabalho e

FEDERAÇÃO



melhorando sua qualificação, abrindo as portas para seu ingresso na universidade, para os que fazem o ensino médio, e dando outro destino àqueles que antes teriam como futuro ocupações precárias ou sua inserção no mundo das drogas e dos pequenos crimes.

Em outra frente, nosso governo vai criar no médio prazo um ciclo virtuoso de aumento de direitos, emprego e renda em que saúde, educação, cultura, assistência social e moradia serão direitos sociais - e não mercadorias! A ampliação destes direitos, oferecidos com qualidade pelo estado para o conjunto da sociedade irá ampliar os postos de trabalho no estado e, conseqüentemente, aumentará a renda em circulação – hoje nós temos a menor rendimento médio efetivamente recebido entre as 27 unidades da federação com um valor de R\$ 1.478,00, segundo o IBGE - que impulsiona a arrecadação do estado e a geração de novos empregos.

Vamos valorizar, ainda, a agricultura familiar tradicional e orgânica com a criação de coletivos produtivos e comunidades que sustentam a agricultura e fortalecer incentivos para áreas de trabalho comum em cada região do estado tais como o ecoturismo nas várias regiões do estado, a economia solidária, a produção têxtil comunitária, a indústria ecológica, produção artística comunitária de povos tradicionais e o artesanato de um modo geral.

2.6.1 PROPOSTAS

- Criação do programa renda básica de cidadania maranhense complementar aos programas de transferência de renda nacionais como forma de garantir condições mínimas de dignidade aos cidadãos maranhenses em situação de vulnerabilidade social.
- Criação do Banco Popular do Estado do Maranhão como instituição financeira pública responsável pelo gerenciamento do pagamento de servidores públicos maranhenses, estaduais e municipais, bem como agente financeiro para o fomento de crédito geral, à juros baixos, para os cidadãos bem como para o empreendedorismo.

Criar uma política estruturada de assistência e permanência estudantil para

FEDERAÇÃO



estudantes do ensino médio e técnico e superior do estado, oferecendo bolsas de estágio e monitoria para atuação junto à escola e comunidade local para transferência de renda para o núcleo familiar do estudante;

□□ Reorganizar o Centro de Atendimento ao Trabalhador para auxiliar na orientação vocacional, democratização das oportunidades e intermediação das vagas, principalmente para: jovens, mulheres, pessoas com deficiência, negros e negras e comunidade LGBT;

□□ Incentivar a aplicação da Lei do Jovem Aprendiz e contratação de mulheres, negros e negras e LGBT para combater a enorme diferença entre esses grupos no mundo do trabalho e estimular o uso do nome social nas esferas de trabalho;

□□ Priorizar compras nas licitações públicas de cooperativas e outras formas de associativismo popular, especialmente de alimentos orgânicos para a merenda escolar, dando preferência à produção local;

□□ Fomentar os circuitos curtos de comercialização e consumo a partir de iniciativas como as CSA (Comunidades que Sustentam a Agricultura), priorizando compras institucionais e acesso a recursos;

□□ Oferecer alimentação a setores vulnerabilizados, oriunda de produções agrícolas familiares em modelo de CSA (Comunidades que Sustentam a Agricultura), com repasse mensal fixo aos produtores, que realizam entrega semanais dos produtos, criando nos primeiros dois anos de governo mais 50 restaurantes populares;

□□ Incentivar o associativismo na juventude e população LGBT, estimulando a criação de bancos comunitários, moedas sociais, cooperativas de crédito, consumo e produção autogeridas, baseadas no modelo da economia solidária;

□□ Financiamento do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição para estruturação dos planos intermunicipais de resíduos que contemplem a participação progressiva das cooperativas de catadores em todos os níveis da indústria da reciclagem;

□□ Ampliação das linhas de financiamento específicas para jovens sem-terra e agricultores familiares, quilombolas, acompanhada de formação profissional para possibilitar a organização da produção no campo, estimulando uma perspectiva ecossocialista e agroecológica;

□□ Criação de programas de fiscalização para identificação das empresas que não respeitam os direitos das mulheres, pessoas com deficiência, negros e negras e LGBT.

2.7 Saúde

Na saúde, é preciso auditar o programa saúde da família. Verificar como e em que foram gastos o recurso público para a construção de hospitais e sob quais prioridades se deu a sua distribuição pelo estado e saber o porquê do não funcionamento de alguns delas mesmo estando com suas obras finalizadas e equipados. Reforçar o sistema único de saúde (SUS), com gestão das unidades do sistema no estado sendo realizada diretamente pela secretaria de estado de saúde e pela Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares (EMSERH), com servidores públicos efetivos e sem participação das chamadas organizações sociais, reaparelhando unidades hospitalares, fazendo concurso público para a área, que não é feito em quantidade efetiva há mais de 24 anos, e valorizar o profissional da saúde. Revigorar as unidades mistas de saúde. Cuidar da saúde do povo, com seriedade, sem demagogia. Reforçar a realização das conferências de saúde e implementar suas deliberações.

A GESTÃO DA SAUDE NO ESTADO DEVE COMEÇAR COM UMA NOVA POSTURA DE GOVERNO, MAIS DEMOCRÁTICO, MAIS PARTICIPATIVO E MAIS ACESSÍVEL À POPULAÇÃO.

2.7.1 PROPOSTAS

- Valorizar o trabalhador dos serviços de saúde, com aumento salarial e garantia de condições dignas de trabalho, além de novas contratações pela retomada de unidades terceirizadas pelas gestões passadas;
- Auxiliar departamentos regionais e prefeituras na resolução local de necessidades de saúde, evitando superlotação de hospitais, além de revisar e dar transparência às filas de vagas no SUS, aumentando a eficácia de atendimentos de alta complexidade;
- Ampliar e articular as Redes de Atenção Psicossocial (RAPS) no cuidado de pessoas com sofrimento psíquico por meio de suporte qualificado aos municípios e aos profissionais, valorizando práticas de inserção nas comunidades;

FEDERAÇÃO



- Política de tratamento à dependentes químicos com suporte e assistência social visando a eliminação das diversas cracolândias espalhadas pelo Maranhão.

- Promover acesso de populações atualmente excluídas do sistema de saúde, com respeito ao nome social e identidade de pessoas transgêneros, garantindo acessibilidade a todos nas unidades de saúde com infraestrutura e treinamento de pessoal;
- Garantir acesso ao pré-natal de qualidade com atendimento digno durante o trabalho de parto e puerpério, inclusive em situações de abortamento. Garantir a presença de doulas nos estabelecimentos de saúde e programas de incentivo ao aleitamento materno;
- Integrar os serviços de Assistência Social e dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador à Atenção Básica, promovendo o acesso de quem mais precisam aos serviços de saúde;
- Garantir atendimento respeitoso a pessoas travestis, transexuais e transgênero, com abertura de ambulatórios de referência para essa população, com os profissionais adequados para a promoção de seu acesso ao sistema de saúde;
- Garantir o financiamento dos hospitais estaduais – inclusive os universitários – com a conclusão da implantação dos hospitais regionais de média e alta complexidade, dando fim ao sofrimento persistente até hoje do deslocamento e permanência dos doentes e familiares na capital São Luís e capitais vizinhas. Criar brinquedotecas nas unidades com atendimento pediátrico em regime de internação.

2.8 Segurança Pública e Combate às opressões

Os órgãos e instituições de combate ao crime precisam de mais independência para evitar aparelhamento político e de controle social para que se evite desvios e abusos de autoridade bem como a atuação indiscriminada de agentes de seguranças nas periferias do Maranhão. Teremos a coragem de democratizar pela base a indicação do comandante PM e do Chefe de Polícia Civil (Delegado Geral), assumiremos o compromisso para que o Procurador-Geral de Justiça seja o eleito por seus pares e indicaremos o desembargador mais votado da

lista. Vamos criar mais delegacias especializadas no combate à improbidade administrativa, dando-lhes estrutura para atuar e investindo na polícia científica. Estudaremos mecanismos para tornar mais transparente e independente o Tribunal de Contas do Estado, priorizando a indicação de conselheiros com perfil técnico.

2.8.1 SEGURANÇA CIDADÃ

Segurança pública é o resultado da articulação de diversas políticas sociais visando a defesa, garantia e a promoção da liberdade. Um estado livre é o que se organiza em torno de uma cultura de direitos. É por isso que, no lugar de defender a imposição da ordem, acreditamos na promoção da liberdade para construirmos juntos uma sociedade mais segura.

Compreendemos que as políticas públicas de segurança devem estar sob o controle também da população, sendo esse o nexos causal da sua eficiência. Esse controle é aqui compreendido como algo além do controle social institucional burocratizado de conselhos de segurança. É, na verdade, uma resposta direta à necessidade de transparência, caminhos na trajetória de construir um sistema de justiça não punitivista, mas sim restaurativo, inclusive para agentes do poder público. A maioria da criminalidade se liga a crimes não violentos como tráfico de drogas ilícitas e danos ao patrimônio, em sua maioria, pouco relevantes.

Temos que superar o modelo de "guerra às drogas" no tratamento da questão. Desta maneira apontaremos desde já que é necessária a revisão da legislação sobre consumo de drogas, que determina a necessidade carcerária, com descriminalização inicial da maconha tal como já aplicado em diversos países.

Pensar uma sociedade livre está muito além de pensar em segurança, apesar de este aspecto ser fundamental. Liberdade é nosso direito fundamental, principalmente à existência, é ter condições de escolher sobre a própria vida, de ter sua dignidade respeitada, combatendo o preconceito e a discriminação em suas expressões violentas, é tomar como pressuposto que ser jovem, mulher, negra ou negro, ser LGBT, é ter o direito de ser respeitado.

2.8.2 PROPOSTAS

- Reforma da política estadual de segurança pública reestruturando as atribuições dos agentes e instituições do sistema de segurança pública estadual.

Implantar a Agenda Estadual de Desencarceramento com garantia de audiências de

FEDERAÇÃO



custódia e acompanhamento de andamento de processos de pessoas em Centros de Detenção Provisória, por meio da utilização dos recursos da Defensoria Pública e Tribunal de Justiça associada a política de apoio a egressos, no sentido de evitar a reincidência;

☐☐ **Avaliar o trabalho policial com base em indicadores e metas de redução de crimes violentos e vincular os indicadores operacionais a esses indicadores criminais, focando a atuação policial na resolução de crimes violentos, devidamente instrumentalizada por mecanismos que acelerem a investigação de crimes como os perpetrados contra a população LGBT e colocar o sistema de cameras em todos os agentes da segurança pública;**

☐☐ **Fortalecer políticas públicas que evite o consumo de drogas em todas as áreas governamentais de forma integrada com as prefeituras, norteadas, pela Redução de Danos, a prática de serviços das Redes de Atenção Psicossocial territorializadas de base comunitária negando o cuidado asilar de privação de liberdade;**

☐☐ **Focar investigações sobre tráfico de drogas e armas rastreando sistematicamente armamentos e munições, visando diminuir o poder de fogo de grupos organizados e, confiscando e estatizando todos os bens quando localizados;**

☐☐ **Implantar o regime de penas alternativas a microtraficantes rompendo a trajetória infracional e apoiando a descriminalização do uso e porte para uso pessoal, bem como criar políticas para restauração das trajetórias de vida de jovens envolvidos com economias ilegais;**

☐☐ **Investir em políticas sociais e urbanas nas comunidades alvo do tráfico de drogas e de outros tipos de violência, pautada sempre pela determinação geral de necessidades das pessoas que constituam a comunidade, em especial usuários;**

☐☐ **Barrar a privatização de presídios, visto que esse modelo não apresentou nenhuma melhora no Brasil nem em outros países, pois perpetuou a superlotação, os maus-tratos, as rebeliões e a precariedade no atendimento à saúde, interessando apenas aos que lucram com o cárcere;**

☐☐ **Implementar a constituição policial com modernização estrutural e criação de programa específico voltado a agentes de segurança pública e suas famílias vítimas de violência, vinculado ao SUS e ao programa de proteção a testemunhas e pessoas ameaçadas;**

☑☐ **Ampliar as garantias de cuidados e proteção dos agentes de segurança pública estaduais;**

☐☐ **Investimento em programas de ressocialização e reinserção no mercado de trabalho de pessoas egressas do sistema prisional, singularizado respeitando necessidades**

FEDERAÇÃO



específicas de cada grupo, como a população LGBT,

☐☐Efetivação das normativas que disciplinam o acompanhamento psicossocial especializado às pessoas LGBT vítimas de violências, promovendo a criação dos Centros de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT e o fortalecimento dos CAPS, CRAS, CREAS, casas de apoio, Centros de Reabilitações e demais instituições da rede já existentes nos municípios do estado;

☐☐Reestruturar as forças policiais estaduais em acordo com suas atribuições constitucionais, sendo certo que o debate acerca do “ciclo completo” de policiamento só deve ser pautado se introduzido em um debate amplo com premissa básica a desmilitarização;

☐☐Oferecer cursos de capacitação e de formação continuada aos policiais civis e militares relacionados a atividades de gestão e administração da instituição e práticas comunitárias, como também no treinamento contínuo de defesa pessoal e tiro policial;

☐☐Criação do Observatório Estadual e fomentos a observatórios municipais – com poder popular e participação LGBT - que tenham como objetivo mapear a violência contra as pessoas LGBT para geração, registro e disseminação de dados;

☐☐Criação de um sistema público de informação integrado entre as entidades de segurança pública para registro de boletins de ocorrência, inclusive de violência via redes sociais;

☐☐Garantia do atendimento 24 horas em delegacias da mulher a todas, inclusive a mulheres transexuais e travestis, bem como criação de delegacias e unidades policiais especializadas em violência LGBTfóbica organizadas por um Núcleo de Atendimento Policial a pessoas LGBT;

☐☐Incentivar e fomentar a aplicação da Lei Maria da Penha e a Lei do Femicídio para a proteção de mulheres transexuais e travestis, centralmente as negras, independentemente dos registros civis e da realização de procedimentos médicos de feminilização;

☐☐Instalação do Programa “Juventude quer Viver”, aliado aos municípios, Ministério Público, Polícia Civil e Militar com foco em proteção social e intervenção estratégica a partir de mapeamento de mortes da juventude, priorizando focos de homicídios e suicídios das juventudes;

☐☐Ampliar a participação popular nas decisões que envolvam a segurança dos

FEDERAÇÃO



bairros e comunidades, reestruturando a estratégia de participação pública na política de segurança, através do fortalecimento e democratização do Conselho de Segurança Pública do Estado do Maranhão, que terá funções consultivas e deliberativas, de articulação, informação e cooperação entre todas as entidades que, na área do estado, possam intervir ou se envolver na prevenção e na melhoria da segurança da população;

- Investir no aperfeiçoamento da produção de dados sobre violência urbana e rural, com a organização, integração e sistematização dos bancos de dados estatais;
- Promover a investigação e combate ao tráfico de armas, munições e explosivos;
- Implementar um novo modelo de polícia mediante a reformulação dos atuais estatutos, a reordenação de suas prioridades estratégicas (com foco, por exemplo, na diminuição dos índices de homicídios e estupros), a reestruturação das técnicas de treinamento, e a elaboração de uma formação democrática fundamentada na promoção da democracia, na garantia de direitos e na defesa das liberdades;
- Valorizar os servidores da segurança pública, garantindo um plano de cargos e salário digno, melhores condições de trabalho;
- Organizar um controle externo efetivo das atividades policiais, prisionais e socioeducativas (ouvidorias independentes e corregedorias independentes, administrativamente desvinculadas da Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária);

FEDERAÇÃO



- Reverter o processo de terceirização de serviços e privatização do sistema prisional do Maranhão, na defesa de uma administração pública voltada para a defesa, promoção e garantia da dignidade dos presos;
- Promover, em cooperação com o Poder Judiciário, o fim da aplicação do mandado de busca e apreensão genérico/coletivo;
- Trabalhar para aumentar o acesso à justiça e a mecanismos de reinserção social de egressos do sistema prisional e do sistema socioeducativo e implementar programas de prevenção primária para a juventude e suas famílias em conjunto com as demais secretarias (programas de acesso a atividades culturais e esportivas, educação e qualificação profissional, geração de trabalho, emprego e renda, saúde, etc);
- Investir em programas de prevenção da exploração sexual infanto-juvenil.

2.8.3 A LUTA CONTRA AS OPRESSÕES DEVE SER DE TODOS

Consolidar políticas públicas para os setores explorados e oprimidos da classe trabalhadora e da juventude, que vem cada vez mais se colocando em movimento contra as diversas formas de opressão e exploração que sofrem cotidianamente.

Compreendemos que a emancipação dos setores oprimidos será conquista de suas próprias lutas. Para tanto, o PSOL deve incentivar a auto-organização dos setores oprimidos da sociedade, visando o protagonismo das mulheres, negras e negros e LGBT.

Queremos um modelo de gestão democrático, descentralizado e intersetorial que considere os fatores culturais e econômicos e cada território organize os serviços e benefícios assistenciais de acordo com o grau de complexidade de cada caso, visando a superação de situações de vulnerabilidade social. Defendemos o resgate dos princípios do Sistema único de Assistência Social (SUAS) e a promoção de uma política assistencial pública, gratuita, integral e universal.

2.8.4 Prioridades e compromissos:

- Implementar um Programa de Assistência Social que garanta a integração da Rede de Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, com a Rede de Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de

FEDERAÇÃO



abandono, maus tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos. Apoiar as modalidades de acolhimento institucional nos parâmetros das Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, garantindo a brevidade e excepcionalidade da medida;

- Desenvolver estratégias de articulação técnica e planejamento territorial com outras secretarias, como Cultura, Habitação, Trabalho, Educação etc.;
- Criar imediatamente uma força-tarefa, articulando a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos e a Secretaria de Estado de Saúde, para fiscalizar e analisar a execução de convênios e contratos administrativos de abrigos privados que recebam subvenções públicas do Governo do Estado;
- Integrar os abrigos dos municípios localizados no estado aos equipamentos de saúde, educação pública, cultura e geração de renda da rede estadual;
- Iniciar uma campanha de revalorização do serviço social no âmbito do Estado, em todas as políticas públicas estaduais, buscando parcerias com os respectivos conselhos profissionais e sindicatos das categorias;
- Desenvolver uma política estadual de educação sexual, apoio psicológico e social às mães e aos pais adolescentes e suas famílias; Promover, em parceria com as prefeituras do estado, uma política de fortalecimento dos Conselhos Tutelares, buscando a capacitação permanente de seus quadros, uma melhor distribuição conforme a população e indicadores sociais de cada município, um reajuste justo da remuneração, reformas das instalações físicas, aquisição de equipamentos de informática, carro, contratação de equipe de suporte (assistentes sociais, psicólogos e pedagogos), criação de programas e cursos de capacitação técnica permanente, bem como a organização de encontros estaduais para promover a troca de experiências e a articulação em rede; Investir nos programas de família acolhedora e repúblicas para jovens como medida alternativa à institucionalização;
- Pactuar uma política como Ministério Público, a Vara da Infância e Juventude e os Conselhos Tutelares, que garanta a excepcionalidade na aplicação e a brevidade no cumprimento da medida de acolhimento institucional;
- Implementar uma Política Estadual de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em articulação com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), o Conselho Regional de Assistência Social (CRESS) e o Conselho Regional de Psicologia (CRP);

- Implementar um Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, em articulação com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), com o Conselho Regional de Assistência Social (CRESS) e com o Conselho Regional de Psicologia (CRP).

2.9 Habitação, Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Morar é direito de todos os brasileiros garantido pela Constituição Federal, que também estabelece que as propriedades devam cumprir uma função social. Nas últimas décadas o governo estadual abandonou a política de moradia frente à política neoliberal do estado mínimo implantada pelo Governo FHC, que foi adotada integralmente no Maranhão pelos governos de Roseana Sarney e que levou a extinção da Companhia de Habitação do Maranhão – COHAB -, e à existência do Programa Federal “Minha Casa Minha Vida” nos governos petistas, que favoreceu a especulação imobiliária, os proprietários da terra e empresários da construção.

Precisamos incrementar uma política maranhense de moradia, diversificando as formas de provimento habitacional. O estado precisa encarar um papel de coordenador da política habitacional entre cidades vizinhas e especialmente nas regiões metropolitanas, de forma a conter o avanço da mancha urbana e regular a especulação com o preço da terra.

A provisão habitacional deve ser diversificada. O acesso à casa própria não é a única forma de consolidação do direito a moradia e experiências de sucesso em aluguel social no Brasil tem sido registrada. Nossa proposta envolve criar condições para que os trabalhadores – principalmente os que ganham menos de três salários mínimos ou que tenham trabalhos precarizados – possam ter acesso à moradia.

Vamos enfrentar o problema das moradias em áreas de risco ou de proteção ambiental, de forma socialmente e ambientalmente responsável, mas que garanta o direito de moradia. Programas de reurbanização de periferias, canalização, saneamento básico, serão pensados nessa dupla dimensão.

Para nós a moradia será entendida como serviço público, permitindo desta forma, atender melhor populações mais vulneráveis como idosos, refugiados, vítimas de catástrofes e população em situação de rua, em geral excluídas dos programas de moradia tradicionais. Favorece ainda a variedade de tipologias habitacionais (dimensão e localização) e o melhor

FEDERAÇÃO



atendimento da diversidade de arranjos e composições familiares atuais, superando a padronização de habitações para casal com filhos.

O planejamento e as ações serão realizados de forma integrada. Não há moradia sem infraestrutura e mobilidade. Como um direito social fundamental, é preciso garantir, primeiro, o acesso a todos e a observação das normas de acessibilidade da ABNT (“desenho universal”) e do Decreto Federal 5296/04 nos projetos habitacionais e urbanos, nos ambientes internos e áreas comuns.

2.9.1 PROPOSTAS

- Criar programas de habitação de interesse social para a baixa renda, garantindo não apenas financiamento e subsídio público, mas a diversificação das formas de provisão habitacional de acordo com as necessidades locais, contexto social, disponibilidade de terra e diferentes características dos municípios;
- Criar habitações coletivas para a juventude e incentivos de assistência moradia, principalmente para acolher jovens LGBT expulsos de casa, pessoas com deficiência, mulheres, negros e negras;
- Implantar serviço público de assistência técnica gratuita com profissionais de diferentes formações junto às comunidades locais visando à produção de outras formas de viver, com qualificação de moradias, à regularização fundiária, apoio à autogestão e a produção coletiva;
- Urbanizar assentamentos precários, fazer a regularização urbanística e fundiária de favelas e loteamentos e ocupações consolidadas, focando no reconhecimento da posse;
- Recuperar a qualidade de vida nos bairros regenerando áreas abandonadas ou socialmente degradadas e investir na requalificação das habitações de interesse sociais já existentes, com ênfase na integração urbana à rede de serviços públicos da cidade;
- Extinguir a atual política de remoções, construindo um modelo de política habitacional que respeite o direito à integridade e inviolabilidade do domicílio. Suspensão dos despejos sem alternativa habitacional;
- Levantamento dos imóveis vagos de propriedade do Estado, Município e particulares na região do centro histórico da São Luís e elaboração de projetos de aproveitamento para construção de moradia social;
- Na cobrança aos grandes devedores do Estado, realizar negociações com pagamento em terra e imóveis urbanos, para fins de aproveitamento para moradia popular;

FEDERAÇÃO



- **Taxas de juros reais zero** para financiamento habitacional popular, banimento da amortização via tabela PRICE e proibição da utilização do instrumento da alienação fiduciária nos contratos do estado.
- Colocar em ação um plano de manutenção periódica das rodovias estaduais com a substituição de todas as pontes de madeira ainda existentes por pontes de concreto, mesmos naquelas rodovias em que não haja a pavimentação asfáltica, e com especial atenção para as rodovias que dão acesso às regiões turísticas, facilitando dessa forma o deslocamento das pessoas e o escoamento da produção agrícola da agricultura familiar.
- Duplicar todas as rodovias estaduais existentes na ilha de São Luís, bem como reestruturar as avenidas Jerônimo de Albuquerque, Guajajara, dos Holandeses, dos Portugueses, dos Franceses e ampliar a avenida litorânea até o viaduto do Araçagi como forma de garantir a mobilidade urbana para os próximos vinte anos, bem como garantir que as faixas de domínio (margens) das rodovias não sejam invadidas por empresas e particulares, como acontece atualmente. Ao mesmo tempo é necessário fazermos um estudo sério de implantação de alternativas de transporte em massa que venha a contribuir com a melhoria significativa da qualidade do transporte público, em especial para os bairros que possuem uma demanda reprimida pelo transporte público de qualidade. Tais alternativas passam por: faixas exclusivas para ônibus em avenidas reestruturadas para tal finalidade ou a implantação dos já prometidos BRTs (Bus Rapid Transit) ou os VLTs (Light Rail Vehicle).

3 Ações do Plano de Governo que terão Prioridade

Para dar cabo ao que defendemos no nosso plano de governo é necessário que, após a vitória nas urnas, ou seja, com o apoio da maioria da população, façamos um Plano de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental para o Maranhão, com foco principal na formulação de um novo modelo econômico ousado e estruturante que atenda a maioria do povo empobrecido e esquecido pelos poderes constituídos, com preservação do meio ambiente; com um arrojado programa de investimentos públicos na educação dos ensinos fundamental, médio e superior por meio de intervenções na formação continuada e melhorias salariais dos educadores e na infraestrutura das escolas e universidades e com geração de



emprego e renda nos arranjos produtivos como agricultura familiar, pesca, extrativismo, turismo artesanato e na cadeia produtiva das atividades econômicas primárias já consolidadas no estado.

Assim, propomos como principais ações a serem implantadas para finalmente resgatar o Maranhão do estado de empobrecimento e destruição ambiental ao qual foi submetido pelas elites política e econômica nas últimas décadas.

- 3.1 Incentivar e financiar o cooperativismo e associativismo como forma de desenvolver as áreas da agricultura familiar, do extrativismo vegetal e mineral, da pesca, do artesanato e do turismo, principalmente.
- 3.2 Dobrar os investimentos em educação nos próximos 4 anos de governo, com investimentos nos ensinos fundamental, médio e superior, com forte aporte de recursos na educação básica em parcerias com os municípios e com entidades da sociedade civil organizada na alfabetização de jovens e adultos. Implantar um novo padrão de infraestrutura escolar para todas as escolas públicas do estado e fazer concurso público para professores, o que possibilitará a tão sonhada escola de período integral de qualidade.
- 3.3 Fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) por meio do fortalecimento da gestão pública direta nas principais unidades de saúde do estado (sem participação das organizações sociais que só trazem corrupção ao sistema) e da realização de concurso público para todas as áreas profissionais da saúde. Retomar o projeto dos hospitais de média e alta complexidade nas cinco regiões do estado, com exceção da região metropolitana. Implantar em 6 regiões do estado (Região Metropolitana, Baixo Paraíba, Baixada, Sul, Tocantina e médio Mearim) centros de saúde de psiquiatria e psicológica para tratamento e assistência aos dependentes de drogas, especialmente o seguimento jovem que hoje se encontra em total vulnerabilidade social.
- 3.4 Criar os comitês de bacias hidrográficas das bacias que ainda não foram criados e colocar para funcionar e assim fazer políticas de preservação dos recursos hídricos (rios, lagos, riachos) com os fundos financeiros existentes na atualidade e os que possam vir a ser criados; bem como implantar a política do desmatamento zero em nosso estado com o objetivo da preservação e reflorestamento de nossas ainda existentes florestas.
- 3.5 Trazer o conceito do arranjo produtivo para as microrregiões do Estado em que as

FEDERAÇÃO



características econômicas locais receberiam, por parte das instituições de fomento da economia do governo, apoio técnico e financeiro para o seu desenvolvimento e fortalecimento.

- 3.6 Continuar incentivando e dando suporte financeiro e técnico à criação de distritos industriais nos municípios maranhenses com o objetivo de incentivar a industrialização do estado.
- 3.7 Criar empresas públicas em áreas deficitárias da economia maranhense, como a Empresa Maranhense do Turismo (EMATUR), Banco Popular do Maranhão (BPM) para financiar o microcrédito, bem como tirar do papel os projetos de expansão da Companhia Maranhense de Gás (GASMAR) que prever o uso do gás natural, não somente para a produção de energia que é “exportada” para os outros estados, mais, principalmente, para utilização na industrial, nos veículos e nas residências/comércios.

SIM, VAMOS TER O MARANHÃO QUE QUEREMOS.

LULA PRESIDENTE

ENILTON RODRIGUES GOVERNADOR

ANTONIA CARIONGO SENADORA